

O rei está cego: arrogância e sofrimento no reino de Lear

Decio Tenenbaum¹

Aplicar o conhecimento psicanalítico a um produto cultural é sempre um desafio. Quando a obra de arte retrata vicissitudes do convívio humano, como uma peça teatral, um filme ou um romance, o desafio é semelhante a psicanalisar uma pessoa: é preciso encontrar os elementos psicológicos específicos das personagens dentro dos códigos culturais da época e do local da trama assim como fazemos com a pessoa em tratamento porque é do encontro entre as características psicológicas individuais (a subjetividade constitucional) e os códigos culturais incorporados que se origina a psicodinâmica e, muitas vezes, o sofrimento.

Antecipadamente peço desculpas por apresentar de maneira muito breve as concepções que foram desenvolvidas em meu último livro: “A psicanálise da pessoa. Uma perspectiva antropológica e psicodinâmica sobre os processos de constituição de uma pessoa e de adoecimento fruto da própria existência”, onde examinei o papel e os efeitos da cultura na vida humana, especificamente como os códigos culturais (normas, regras e valores) são incorporados e participam do processo de constituição de uma pessoa podendo engendrar sofrimentos, os quais, eventualmente, se cristalizam na forma de adoecimentos frutos da própria existência.

Apesar de toda produção cultural ser datada, não se pode negar que alguns autores conseguem veicular em suas obras os dramas humanos atemporais. E Shakespeare foi um deles. Aqui vou me ater ao exame do elemento da subjetividade humana em torno do qual, na minha opinião, gira o convívio dramático, de cunho trágico, apresentado por Shakespeare. A verossimilhança dos eventos criados pelo autor me permite utilizar a peça como um exemplo clínico sobre o papel desse determinado elemento subjetivo, relacionado com o desempenho da função paterna e fundamental no processo de constituição de uma pessoa e cuja ausência engendra sofrimento mental, incompetências psicológicas e deformações de caráter, que podem se cristalizar nas formas de

¹ Psiquiatra e psicanalista, mestre em Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (UNIRIO); Chefe do Setor de Dermatologia Psicossomática do Instituto de Dermatologia Prof. Rubem David Azulay (SCMRJ); Autor dos livros: “Investigando psicanaliticamente as psicoses”, “As principais tensões psicológicas presentes na prática assistencial hospitalar”, “Schreber e Van Gogh. Um estudo psicanalítico sobre a opressão interior” e “A psicanálise da pessoa. Uma perspectiva antropológica e psicodinâmica sobre os processos de constituição de uma pessoa e de adoecimento fruto da própria existência”.

adocimentos mental e psicossomático. Assim, passarei a tratar as personagens como se pessoas fossem.

Embora o exercício da paternidade seja individual e modelado pela cultura do momento, a função paterna, isto é, a experiência psicológica entre o pai e seus filhos inserida no exercício da paternidade, instala as bases de determinados elementos psicológicos específicos e fundamentais para a vida humana, pelo menos desde o início do tempo histórico. E o mesmo se dá com a maternidade e a função materna. O quanto a cultura de cada época e lugar favorece ou atrapalha essas experiências psicológicas fundamentais é uma questão antropológica da maior importância na atualidade.

Shakespeare brilhantemente nos apresenta em contraponto o lado dos pais e o dos filhos no processo de legitimação da linhagem, experiência psicológica fundamental para o estabelecimento do senso de pertencimento a uma família, a uma sociedade e a uma cultura, um dos fundamentos da legitimidade em ser quem se é.

Na peça, Shakespeare nos leva a acompanhar as vicissitudes do processo de legitimação da linhagem no convívio entre dois pais e os cinco filhos deles, dois homens e três mulheres: os dois homens são filhos do pai mais jovem e as três mulheres são filhas de um pai já idoso, todos nobres no início do século XVII. Os únicos dados biográficos fornecidos sobre as personagens envolvidas na trama são a posição social e a faixa etária, os quais, por si só, são suficientes para fornecer alguns elementos sobre as circunstâncias existenciais delas.

O pai mais jovem, por volta dos quarenta anos, está vivendo a plenitude do ciclo existencial,² no qual predomina a busca da realização pessoal no âmbito social e no familiar, sendo que a realização familiar desse pai apresenta o desafio inerente à paternidade de um filho ilegítimo. Pela maneira dele falar e de se portar com esse filho pode-se considerar que as preocupações paternas com esse filho são devidas à cultura da sociedade em que eles vivem, não sendo observado nenhum drama interior decorrente de dificuldades pessoais dele (ambivalência) com a origem desse filho. Ao contrário, os dois filhos convivem e a paternidade de Edgar, o filho legítimo, e a de Edmund são exercidas sem nenhuma diferença pelo pai.

² cf. Tenenbaum, 2023, onde cada um dos diferentes ciclos psicodinâmicos do existir humano são detidamente examinados.

No segundo grupo vemos um pai de oitenta anos em seu ciclo existencial final, cuja experiência psicológica central é a despedida da vida. Conforme a vida caminha para o encerramento é preciso se despedir, de preferência sem morrer antes da morte chegar. A morte é um fenômeno natural; o morrer, uma experiência existencial, uma vivência pessoal influenciada, como tudo na vida humana, por fatores orgânicos, psicodinâmicos, culturais e sociais. Os três tipos de mortes humanas estão representadas na peça: a biológica, vivida por Cordélia (não só por ela); a social, vivida e depois ressuscitada por Kent, e a mental, vivida parcialmente por Lear. Dentro das circunstâncias pessoais, algumas pessoas conseguem se despedir da vida razoavelmente bem e partir em paz com as únicas continuidades que se tem certeza: como lembrança e como um legado para a vida daqueles que ficam e daqueles que virão.

Todos os cinco filhos estão iniciando as respectivas vidas adultas em busca dos respectivos espaços sociais para as realizações pessoais como homens e mulheres dentro da cultura daquele estrato social naquela época. Tanto a busca pelo espaço social para a realização pessoal quanto a preocupação com o legado são elementos psicológicos especialmente presentes na vida mental do “ciclo pessoal”: a busca pelo espaço social para a realização pessoal é fundamental no início desse ciclo e o legado, no final.

A peça nos permite acompanhar como cada uma dessas “pessoas” se conduziu nesse momento de suas vidas e as consequências trágicas de suas decisões, mobilizadas pela maneira como elas processaram as experiências que estavam vivendo (quem processa informações é o computador; o ser humano processa experiências).

Sabemos que a maneira de processar as experiências é o que determina, em cada situação, o modo pelo qual cada pessoa se conduz. E, cada pessoa possui um padrão psicodinâmico de processamento das experiências, vividas e a serem vividas, cujas bases são construídas a partir da qualidade das experiências vividas no “ciclo diádico” e no “ciclo edípico”, e o padrão se estabelece no final da adolescência junto com as definições identitárias (étnica, religiosa, de gênero, esportiva, profissional etc.). O padrão de processamento pode ser: pulsional, egoico ou superegoico. O superegoico, por sua vez, pode ser narcísico ou depreciativo (auto e/ou hetero depreciativo).

Enquanto a experiência diádica, em decorrência das características filogenéticas femininas (a gestação, o *imprinting* [Lorenz, 1995], o cuidar da cria e o trânsito mais fácil pelo mundo subjetivo) possibilitam a criação do espaço de segurança (Lorenz, 1995) do bebê e a transformação daquilo que o bebê expressa em comunicação, ambos necessários

para sedimentar a base psicológica para a segurança em ser; a experiência edípica, em decorrência das características filogenéticas masculinas (senso de linhagem, de hierarquia e de autonomia) fornece a base psicológica para a segurança no trânsito pelo mundo objetivo. O conjunto fornece as bases psicológicas para a segurança em ser quem se é e para o desenvolvimento das competências necessárias para se transitar pelos diferentes espaços de convivência humana: o social, o pessoal e o íntimo. A cultura, através da incorporação dos códigos normativo-valorativos universais e locais transmitidos desde o nascimento, modela e modula esse processo e tudo mais na vida humana.

As experiências vividas no “ciclo social” (a escola é a primeira experiência de convívio social da criança) e no “ciclo passional” (assim nomeado porque essa é a característica do convívio da adolescência decorrente da busca pelas definições do eu típica desse momento) complementam o processo de transformação em próprio daquilo que se herdou pela genética, pela epigenética e pela transmissão cultural, sintetizado na frase de Goethe (Fausto, parte I, cena 1), que encerra o “Esboço de Psicanálise” de Freud (1940/1975) e por mim utilizada como epígrafe no meu estudo sobre a opressão interior (Tenenbaum, 2020): “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”. Esse conjunto estabelece o padrão de processamento das experiências, vividas e a serem vividas, junto com as demais definições identitárias necessárias para as realizações pessoais no ciclo posterior, o “ciclo pessoal”.

Resumidamente, o processo de constituição de uma pessoa, que inclui o padrão psicodinâmico de processamento das experiências, vividas e a serem vividas, e os defensivos, orgânicos e mentais, se dá no encontro entre a subjetividade constitucional com a qual se nasce e cujos elementos são a impulsividade, a agressividade, a ambição, a criatividade, os talentos, as habilidades, a sensibilidade ao ambiente e a aceitação de substitutos, com as disponibilidades psicológicas dos pais e com os códigos culturais normativo-valorativos transmitidos desde o nascimento começando pelos pais e subsequentemente por todos os agentes culturais (familiares, professores, autores, autoridades, influenciadores etc.).

As oportunidades sociais surgidas durante a vida da pessoa e o grau de liberdade social e cultural em cada um dos ciclos existenciais da pessoa complementam as circunstâncias existenciais que influenciam constituição do padrão de funcionamento mental de cada pessoa.

Voltemos agora à peça, que se inicia com um pai falando de seu filho, fruto inesperado de uma relação extraconjugal. Embora, aos ouvidos de hoje excessivamente psicologizados e politicamente corretos, a fala do pai possa soar inadequada, talvez agressiva e até desrespeitosa por “expor” o filho publicamente, vemos um pai que não precisa esconder para ninguém, muito menos para o próprio filho, a origem dele. Apesar de fruto de um relacionamento culturalmente não aceito naquela sociedade, a fala do pai revela que seu filho bastardo foi por ele plenamente legitimado, é amado (como a mãe dele foi um dia) e admirado. E, essa fala do pai não é recebida ofensivamente pelo filho, o que nos leva a dizer que a origem do filho não interferiu no exercício da função paterna e, por isso, alcançou plenamente seu principal objetivo: a experiência de legitimação do filho pelo pai e a sua contrapartida: a aquisição do senso de linhagem pelo filho.

Saber de onde viemos é um dos elementos constituintes do saber quem se é, fundamental para a segurança em transitar pelo mundo humano. Aliás, foi o que Édipo, um príncipe perto de se tornar rei (um jovem às vésperas da vida adulta) foi procurar em Delfos: saber quem ele era (Grimal, 1997). Esse elemento chave do mito edípico não foi levado em consideração por Freud, que também não deu a devida importância ao comportamento filicida de Laio e presente em todos os ascendentes homens dele (Rascovsky, 1974) e, por último, mas não menos importante, Freud também não levou em consideração o papel do destino – *daímon* – fundamental nesse mito e central na cultura grega daquela época: Édipo fez o que pode para evitar seu destino e não conseguiu evitá-lo.

Em seguida, na peça, entram o rei, suas filhas e genros para o estabelecimento da partilha do reino, dentro da qual está embutida a maneira pela qual o rei deseja se despedir da vida. Num primeiro momento, Shakespeare nos apresenta um idoso governante de um regime absolutista cansado do exercício de governo em busca de uma aposentadoria suave. Como nada nos é dito sobre seu reinado, mas ele é apresentado como sendo admirado pelos nobres, representados por Kent e Gloucester, e ele estava fazendo seus sucessores dinásticos, podemos dizer que o exerceu razoavelmente bem. Mas, logo em seguida, somos levados a constatar que, no âmbito familiar, ele se comporta de maneira prepotente e autoritária. Para entregar seu legado às filhas que o sucederão, o rei impõe a maneira por ele idealizada para seu “ciclo final”: às custas das filhas e genros, ele pretende viver em berço esplêndido, usufruindo as benesses de rei sem o ônus da condução do governo. Seu projeto de aposentadoria se baseia na presunção de que, pelo menos com as

filhas, lhe é de direito ver realizado e sustentado por elas o seu próprio e idealizado desejo. E, o preço do seu apreço é a admiração e a submissão. Podemos dizer que ele se arroga o direito de se despedir da vida se impondo narcisicamente às filhas e genros.

Funcionamentos mentais semelhantes a esse são observados em alguns quadros orgânicos senis, mas a senilidade nunca é a única responsável pela maneira da pessoa conduzir e viver seu ciclo existencial final. E, a coleta apurada da história do idoso(a) revela que ele(a) “sempre foi um pouco assim; só piorou”. Aliás, é exatamente o que Shakespeare nos diz pela boca de Goneril.

Infelizmente não nos é fornecido nenhuma pista que nos possibilite discernir se Lear representa um déspota esclarecido cansado do trono, mas não da majestade, e que também foi um déspota no exercício da paternidade, tiranizando e maltratando as filhas mais velhas e, com isso, engendrando os inevitáveis sentimentos de desconsideração, injustiça e raiva nessas filhas. Ou, se ele foi um bom rei, mas no seio familiar suas falhas narcísicas inconscientes o levaram a estabelecer um vínculo transferencial com as filhas mais velhas e, na busca inconsciente da reparação de seu narcisismo lesado, acabou se impondo a elas numa relação majestosa, distante, inafetiva e baseada na busca de ser admirado e não de ser amado. Ou, se ele foi um bom rei, mas um pai que demonstrou nitidamente (por comparações, críticas, desconsideração etc.) sua preferência (narcísica) pela filha caçula, “a única verdadeiramente amada”, ferindo narcisicamente suas filhas mais velhas.

Todas as opções acima impedem a experiência psicológica de legitimação dos filhos e filhas, mas a última opção é a que mais fere narcisicamente engendrando na prole a inveja e o ódio com seu respectivo instrumento de reparação, a vingança, como se poderá observar mais adiante nas filhas mais velhas, especialmente em Goneril, a mais velha de todas.

Até o quarto ato temos a impressão de que Goneril e Regane foram criadas por um pai majestoso, distante e em busca de admiração, cujo convívio não possibilitou a criação de um vínculo afetivo entre elas e ele, o que as tornou distantes, bajuladoras e dele guardando mágoa, ressentimento e raiva (que é o sentimento decorrente da experiência de opressão, externa ou interna). Mas, a mudança do comportamento delas mais adiante e mobilizado pelo ódio, que ainda não havia dado sinais de existência, nos leva a considerar que elas foram criadas por um pai que demonstrou nitidamente a preferência (narcísica) pela caçula, pois o ódio é o sentimento engendrado por experiências lesivas ao eu, psicanaliticamente conhecidas como lesões narcísicas.

Após o desfecho profundamente injusto da cena real inicial, Shakespeare leva nossa atenção de volta para o outro grupo para mostrar o drama interior de um filho que carrega uma mácula em sua origem, no caso a ilegitimidade social. Sabemos que outras características pessoais relacionadas com a origem e culturalmente depreciadas, como a orfandade precoce, a rejeição parental, uma deficiência física, a etnia e a religião também costumam causar o mesmo efeito estigmatizante.

Como um tapa na cara, Shakespeare nos mostra que, infelizmente, o amor e as boas intenções dos pais são necessários, mas não suficientes para se alcançar a plenitude da experiência de legitimação simplesmente por causa dos códigos culturais normativo-valorativos que regem a vida social. Em “O Complexo de Portnoy”, Roth (1969) mostra os efeitos do estigma social (no caso, um estigma neuroticamente autoinfligido) em um jovem norte-americano da década de 1960 filho de pais judeus europeus

A descrição do efeito gatilho que presenciar um ato de injustiça pode ter na vida mental de um injustiçado é clinicamente perfeita: mesmo tendo sido legitimado no nível pessoal, Edmund, que não consegue se sentir plenamente legítimo porque a cultura de sua época impede a sua legitimação social, acaba se identificando desnecessariamente com a injustiçada Cordélia, já que o agente de injustiça vivida por ele não foi o próprio pai. Edmund concebe, num relance, a superação (deliroide) de seu sofrimento social a partir da mobilização abrupta de seu ódio social acumulado. A superação é deliroide porque a autocrítica e o juízo se mantiveram preservados até o final.

O psicanalista, que porventura estivesse atendendo Edmund, precisaria fazer o diagnóstico diferencial do projeto vingativo e maléfico de reparação por ele concebido ser a expressão de uma deformação de caráter (psicopatia) ou, como eu considero, se o fato de presenciar uma injustiça violenta e se identificar maciçamente e desnecessariamente com a pessoa injustiçada mobilizou o ódio que ele carregava, o ódio dos socialmente injustiçados, que o induziu a conceber a vingança ilusoriamente reparadora. Eu tive uma paciente que, no final da adolescência, “brincou” com a ideia de dar um absorvente interno (O.B.) com veneno de rato para a amiga que “tirou” seu namorado.

Tragicamente, o clamor pela reparação social não levou Edmund a querer lutar para mudar (politicamente ou revolucionariamente) sua sociedade. Como psicanalistas estamos acostumados a ver o sentimento de ódio ser deslocado para algum representante (pessoal, étnico, ideológico ou institucional) do agente da injustiça. A inveja da

legitimidade social do irmão junto com a impulsividade de querer resolver imediatamente sua situação social agiram conjuntamente para deslocar o ódio para o irmão e, secundariamente para o pai, que assim pagaria o preço por ter sido a “origem” da sua mácula. Defensivamente, a experiência fragilizadora de ser uma vítima, no caso social, foi transformada na experiência oposta, poderosa, de ser o agente de uma reparação pessoal: um justiceiro, cujas ações maléficas são sempre interiormente justificadas pelo bem que elas ilusoriamente trarão.

De volta à família real, Shakespeare nos mostra, no final do primeiro ato, como fica o convívio com uma pessoa narcisista após serem retirados ou terem sido rompidos os elementos objetivos e/ou subjetivos que mantinham a relação. Goneril brada: “não quero mais ser escrava!”. Em poucos meses, a filha com quem Lear foi morar já dava sinais de que não aguentava mais manter aquele tipo de convívio, no qual a raiva do pai só aumentava. Como já disse, a raiva é o sentimento que surge quando algo ou alguém nos oprime de alguma forma impedindo nosso desenvolvimento ou nossa maneira de ser. E o pai continuava se impondo à filha, agora na casa dela. Nesse momento, empurrada pela raiva há tanto tempo encoberta, Goneril revela o desejo de, catarticamente, expressá-la diretamente ao pai.

O segundo ato se inicia com Edmund dando sequência à tentativa deliroide de superação da depreciação social sobre a sua pessoa imposta pela cultura da sociedade em que vive e decorrente de uma particularidade da sua origem. O trágico nesse tipo de superação mórbida é que além de não proporcionar o objetivo que a move, pois tornar-se o único herdeiro do pai não o tornará mais legítimo, a sua mácula moral (social) será agravada pela mácula ética (pessoal): além de bastardo, a vingança o torna um assassino.

Em seguida, Goneril e Ragane se unem pelo objetivo comum de dar uma lição ao pai. Pretendem ensiná-lo a não ser arrogante. A experiência psicanalítica mostra que na disputa entre a razão (representada pelas filhas) e a emoção (representada pelo pai) a razão perde todas. A transformação mental não se dá por imposição cognitiva, não se dá por uma vitória da razão. Pior, geralmente esse tipo de embate eleva a tensão no convívio entre as pessoas envolvidas, não raramente levando-as ao desespero, o que deve ser sempre evitado porque suas consequências são sempre danosas para ambos os lados. O dono da razão se desespera pela ineficácia da sua argumentação, o que aumenta sua raiva ou, pior, desencadeia o ódio ao outro; e o narcísico se sente injustiçado, lesado nos seus supostos direitos e humilhado, o que engendra o ódio ao outro.

No terceiro ato ficamos sabendo por Gloucester que a lição de moral, como era de se esperar, fracassou e, como também esperado, desencadeou o ódio nos envolvidos e seu instrumento de reparação ilusória: a vingança. O comportamento das duas filhas passa a ser regido pelo ódio ao pai.

Nesse momento da peça já está perfeitamente claro que esses três filhos se sentiram narcisicamente lesados pelos pais, embora a peça não forneça evidências que os pais foram intencionalmente lesivos (Gloucester com certeza não). As injustiças sofridas feriram narcisicamente cada um e, motivados pelo ódio, todos buscaram a vingança como reparação narcísica e, assim, se dirigiram para o desfecho inevitavelmente trágico de cada um:

Cornualha acaba sendo morto após aprisionar Gloucester, que é torturado e fica cego para enxergar a traição do filho bastardo;

Gloucester e Kent iniciam suas vinganças pessoais: o primeiro, para recuperar a autonomia (autoridade) retirada por Goneril e Regane e o segundo, para reparar a lesão da autoridade que admira;

Goneril, a mais narcisicamente ferida, ao vislumbrar a possibilidade de mais uma ferida narcísica, perder Edmund para Regane, mata a irmã num ato impulsivo que parece dizer: “dessa vez eu não perderei para minhas irmãs”. E, suicida-se. Matar a irmã com as próprias mãos num impulso de ódio teria, paradoxalmente, despertado a consciência abrupta dos seus atos?;

Edmund mata Cordélia após ela ter reencontrado o pai e é morto por Edgar.

Por que Cordélia não ficou como as irmãs? Em que a experiência que ela teve em sua infância e adolescência com o pai foi diferente? Será que ter sido a preferida, a única a ser amada, como afirmou seu pai, fez a diferença? Ou ela foi investida narcisicamente por um pai narcisicamente ferido? Ou ela nasceu com uma subjetividade constitucional diferentes das irmãs? Provavelmente as duas últimas, pois no final da peça a vemos ingenuamente acreditar que a França invadiria a Inglaterra apenas para reparar a injustiça feita ao pai.

E o que Kent representa? Será que representa aquelas pessoas nas quais o apreço pela autoridade os cega em relação à pessoa que a exerce e, como fazem essas pessoas, Kent continua buscando o reconhecimento da autoridade que nunca virá quando esse tipo de pessoa a exerce? Ou Kent conheceu o rei, que exerceu adequadamente sua autoridade e o

admira por isso, mas não conheceu o pai, cujo exercício da autoridade foi despótico e injusto, portanto autoritário, com as filhas mais velhas?

E o rei? Enlouqueceu? As primeiras reações de Lear à perda do domínio narcísico sobre as filhas começaram ainda morando com Goneril e foram de perplexidade e desrealização: seu espaço pessoal, sua realidade familiar regida por interesses narcisistas estava desmoronando e ele, sem conseguir entender o porquê, foge após mais uma explosão de fúria narcísica renunciando uma das possíveis consequências mentais da quebra narcísica: o enlouquecimento. Shakespeare lhe deu a forma deliroide de superação mórbida do sofrimento, pois com o caminhar dos acontecimentos vemos que Lear não enlouqueceu (a vergonha no quarto ato é mais um indício de que ele está ciente de seus atos, mas não plenamente consciente deles). Podemos dizer que, nos momentos de desespero, ele apresentou um quadro de fuga parcial (deliroide) da realidade.

No desfecho da peça, a justiça shakespeariana é aplicada: a França não invade a Inglaterra; as filhas com o caráter deformado pelo ódio morrem, Lear vê a sua linhagem desaparecer e sem a sua continuidade fica sem motivo para permanecer vivo, sofre um evento psicossomático intenso e abrupto e morre; Edmund reconhece os seus atos maléficos ao ser morto pelo irmão; o pai de ambos morre após saber a verdade sobre os filhos, mas sem saber o destino da sua linhagem; Albânia, o único a enxergar o mal, como todo “sábio”, não nasceu para o poder e o cede para Kent e Edgar. Mas, Kent, que nasceu para admirar e não para ser admirado, não está preparado para exercê-lo e o entrega a Edgar. Assim, Edgar será o novo rei que, sem mácula social ou pessoal, será um rei legítimo.

Referências bibliográficas:

Freud, S. “Esboço de Psicanálise”. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXIII, p.163-237. Rio de Janeiro: Imago, 1975 (Trabalho original publicado em 1940).

Grimal, P. *Dicionário da Mitologia grega e romana*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Lorenz, K. *Fundamentos da Etologia*. São Paulo: UNESP, 1995.

Rascovsky, A. *O filicídio*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

Roth, P. *O complexo de Portnoy*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1969.

Tenenbaum, D. *Schreber e Van Gogh. Um estudo psicanalítico sobre a opressão interior*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

Tenenbaum, D. *A psicanálise da pessoa. Uma perspectiva antropológica e psicodinâmica sobre os processos de constituição de uma pessoa e de adoecimento fruto da própria existência*. São Paulo: Escuta, 2023.